

O TRABALHO SEM UTOPIAS: NOVAS CONFIGURAÇÕES PRODUTIVAS E OS TRABALHADORES

JACOB CARLOS LIMA E MARIA NEYÁRA ARAÚJO DE OLIVEIRA*

RESUMO

Uma das características da chamada “acumulação flexível” é a crescente casualização e informalização do trabalho, ou seja, o aumento do trabalho em tempo parcial, de caráter eventual, autônomo. Sua temporalidade reflete explicitamente as necessidades da produção, através de contratos restritos (quando existentes) e desvinculados das obrigações sociais, desmontando paulatinamente a “sociedade de direitos”. Poderíamos dizer que essa forma mais se assemelha à chamada “acumulação primitiva do capital”: se esta não conhecia, ainda, uma coletividade de homens atuando na tarefa produtiva, a versão contemporânea de expropriação do trabalho pretende, por força, desconhecer o historicamente constituído caráter social da produção, o dado histórico de que, há muito tempo, a produção deixou de ser uma cadeia de fatos individuais para se converter numa cadeia de atos sociais.

Os autores analisam o cooperativismo como opção de geração de renda e autonomia de trabalho, tendo como referência empírica a política de organização de cooperativas de produção industrial do governo do Ceará nos anos 90. No contexto, o crescimento do número de cooperativas reflete movimentos distintos. De um lado, dentro da lógica de mercado, a utilização de cooperativas terceirizadas constituem-se em opção de rebaixamento de custos de produção para as empresas pela eliminação de custos com a gestão da força de trabalho. Para os trabalhadores pode significar a manutenção de empregos através da recuperação de empresas falidas ou criação de novos pela organização de cooperativas para atuar em determinados mercados. Para o Estado, ainda, termina por funcionar como política de desenvolvimento e geração de renda. Se desvinculadas de movimentos sociais específicos, pouco resta do ideário cooperativista nessas empresas. Auto-gestão, democracia no trabalho, propriedade coletiva, terminam por perder sentido frente à intensificação do trabalho e a precarização que acarreta. Constituídas, majoritariamente em setores de trabalho intensivo, utilizam trabalhadores desqualificados e sem grandes opções no mercado de trabalho. Inexiste o caráter voluntário nesse tipo de cooperativas, refletindo mais a falta de opção do que uma opção consciente ao trabalho coletivo.

ABSTRACT — THE WORK WITHOUT UTOPIA:
NEW PRODUCTIVE CONFIGURATIONS AND THE WORKERS

The authors analyze the cooperatives as an option of income generation and autonomy of work. The article has as empirical reference to the politics in which is based the Ceará government's program for organization of industrial production cooperatives in the 1990s. In this context, the increasing number of cooperatives reflects different aspects. On one hand, within a marketing logic, the use of outsourced cooperatives becomes an option of degradation of production costs for the companies thought elimination of management cost. Thus, it makes possible, for the workers, the maintenance of jobs thought the recuperation of bankrupted companies or creation of new cooperatives to act in certain markets. On the other hand, for the State, they still function as development and income generation policy. Since these cooperatives are not linked to specific social movements, little remains of the ideas of cooperative enterprises. Self management, democracy in the work, collective ownership of property, loose sense in overexploitation of labor and a lack of security and stability that follows. The cooperatives use unqualified workers without many options in the job market, mainly in the sectors of intensive work. In this kind of cooperatives, voluntary work is absent, reflecting more the lack of option than a conscious option for the collective work.

* Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal da Paraíba.

* Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará.

Segundo Bourdieu, a prática econômica, que embora até se possa medir de modo abstrato em uma escala de graus de racionalidade econômica, abriga necessariamente a referência à condição de classe; ou seja, o sujeito dos atos econômicos não é o *Homo Economicus*, mas o homem real que faz a economia. Citando Sombart (Le Bourgeois, 1926): “na fase do capitalismo nascente, é o empresário que fez o capitalismo, no passo que na fase avançada, é o capitalismo que fez o empresário” (1979:12, 13).

O aspecto jurídico revelado na atual ‘sociedade de direitos’, erigida sobre a base do trabalho regulamentado, é apenas (e o apenas aqui é quase tudo) a face externa dessa materialidade social. A acumulação flexível quer tratar o tempo do trabalho como fazia a acumulação primitiva: como

dado bruto, individualizado, de pura economia.

O contrato de trabalho por tempo indefinido passou a ser considerado, pelos *experts* em

“management” como algo do passado. Os novos tempos estariam a exigir empresas mais dinâmicas para acompanhar a competitividade em uma economia internacionalizada e com maior flexibilidade da produção e no uso da força de trabalho. Para os trabalhadores, a flexibilidade poderia ser também mais positiva, uma vez que exigiria um constante aperfeiçoamento e qualificação, além de maior autonomia frente ao trabalho repetitivo e aborrecido.

Estas constatações, entretanto, têm como referência grandes empresas tecnologicamente avançadas, competitivas, ou pelo menos consideradas como tal. A maior parte dos trabalhadores afetados seria de trabalhadores altamente escolarizados e com grande potencial de mercado, com contratos por tempo indeterminado e benefícios sociais característicos do período fordista. Ou trabalhadores cujas qualificações estão sendo eliminadas pelas novas tecnologias e que poderiam resolver sua situação frente ao mercado de trabalho através da requalificação e atualização. Estamos falando, portanto, de trabalhadores do segmento formal e protegidos por uma relação salarial e com os benefícios que foram incorporados a partir dos anos 30 e 40. Ao contrário do difundido, mesmo para esses trabalhadores, raramente a flexibilização tem significado dinamização e autonomização, ocorrendo muito mais a precarização, representada pela perda dos contratos, redução salarial, intensificação do trabalho e desemprego.

A iniciativa pessoal, o auto-negócio, as consultorias, as pequenas empresas que trabalham como subcontratadas, o enxugamento das grandes empresas, a substituição de relações capital-trabalho por relações empresas-empresas em cadeias empresariais, têm sido defendidos como mecanismos mais adequados para a atual fase do capitalismo e a rapidez das mudanças necessárias para atender a um mercado em permanente mutação. A ênfase é absolutamente dada ao capital, fazendo desaparecer o significado do trabalho como ato social, tanto na lógica interna da economia quanto nos ter-

mos que a divulgam e legitimam. E certamente é um quadro que em muito justifica a tão propalada anúncio da ‘morte do trabalho’.

Como resultado, temos nas últimas duas décadas, uma tendência à redução do assalariamento a partir dos numerosos subprodutos do enxugamento das empresas, do *downzising*, e da terceirização das atividades. A formação de redes de empresas subcontratadas ao redor do mundo, nos diversos setores econômicos, buscam fundamentalmente a redução de custos, entendida como redução de gastos com a força de trabalho. Desindustrialização de áreas tradicionais, industrialização de outras, proletarianização do mundo. Internacionalização esta prevista por Marx. Resta à ciência social de hoje refletir sobre o que tudo isso significa para o novo proletariado não mais concentrado em grandes unidades produtivas, mas sim em infinitas pequeno, micro e médias unidades ao redor do mundo. Um proletariado mundial, porém, extremamente fragmentado e segmentado.

Crise da “sociedade salarial”, fim do fordismo, do Estado regulador, crescimento da informalização, crise das utopias. As análises são variadas, e apontam para o novo da fase atual da produção capitalista e o fracasso do chamado “socialismo real”, de modelo soviético – como alternativa ao capitalismo. Fim das classes sociais, de um projeto alternativo de classe, das lutas de classe e do enfraquecimento sindical.

Um olhar mais atento permite visualizar, talvez, menos a novidade da crise atual da “sociedade salarial” ou “regulada” e mais a tendência cíclica do capitalismo na qual fases de maior intervenção do Estado são acompanhadas por clamores de liberalização, seguidos por clamores de estatização, conforme o contexto econômico, social e político. Para citar um exemplo recente: as empresas de infra-estrutura que estão sendo privatizadas têm como causas alegadas das necessidades de privatização, os mesmos motivos que levaram a sua estatização. Em certa medida, o mesmo ocorre com a maior ou menor “flexibilização” da produção e das relações de trabalho:

ao lado do crescimento da terceirização nas empresas, já existe um movimento de des-terceirização, resultante de experiências fracassadas.

Estaríamos igualmente num momento de desorganização da classe trabalhadora frente às transformações recentes, o que está longe afirmarmos de seu desaparecimento ou da impossibilidade de formas de reorganização. A noção de projeto de classe, entretanto, deve ser repensada, uma vez que a proletarização – embora até quantitativamente maior – está cada vez mais heterogênea, espacialmente fragmentada, dificultando o desenvolvimento de ações coletivas de maior alcance – pelo menos através daqueles meios dos quais estamos acostumados a dispor, organização sindical, inclusive.

Temos, por um lado, a diminuição da atividade sindical decorrente do crescimento do desemprego e, conseqüentemente da capacidade de negociação, o que se manifesta mais imediatamente na redução do número de sindicalizados e na perda de força das grandes mobilizações, entre outros indicadores menos aparentes. As bandeiras de luta da classe trabalhadora parecem ter perdido sentido, uma vez que, até a noção de interesses de classe, foi secundarizada pelo pragmatismo dos resultados. Por outro lado, a exploração do trabalho continua maior do que nunca, os empresários continuam aguerridos na defesa de seus interesses ajudados pelo Estado, afinado com esses mesmos interesses, agora com o discurso legitimador de que não há saída à globalização, à liberação, à privatização, enfim aos ditames do mercado. A manutenção dos direitos conquistados aparece, assim, como uma grande “trincheira” na qual se enfrentam capital e trabalho neste início de século.

Direitos vinculam-se ao contrato de trabalho ou a sua inexistência. Isto nos remete à discussão do trabalho sem contrato, recuperando a questão da informalidade frente às tendências atuais de flexibilização das relações trabalhistas. Na recuperação do debate sobre informalidade é interessante observar que esta deixou de ser considerada como própria de países subdesen-

volvidos ou de enclaves de imigrantes no primeiro mundo como sinônimo de subemprego, desemprego disfarçado, precário, ilegal. Sem entrarmos na polêmica de sua caracterização, nos limites deste texto basta destacarmos seu significado relacionado ao trabalho “sem direitos”, antes visto negativamente e agora nem tanto. A informalidade no trabalho passou a ser interpretada de vários ângulos: como saída ao subdesenvolvimento pela “dinâmica” da informalização composta por micro empreendedores; como forma de incorporação dos imigrantes às sociedades receptoras e à reconstituição de redes sociais nos países receptores; como criativa forma de trabalho flexibilizado em distritos industriais; como saídas alternativas ao desemprego através de formas autônomas e solidárias de organização do trabalho, como as cooperativas.

Esta última perspectiva, por seu crescimento e visibilidade, além do caráter “alternativo” ao mercado, mas dentro da economia de mercado, interessa-nos destacar. De uma forma geral, essa vertente do contrato formal de trabalho está presente, seja nas propostas desenvolvidas pela OIT às da “economia solidária”, nas tentativas de busca de saídas à propagada vitória do capital sobre o trabalho. Associações, ONGs, cooperativas, grupos produtivos solidários, todos são vistos como opções possíveis ao fim, ou pelo menos, ao refluxo, da utopia socialista. Com o fim das experiências do leste europeu, tais opções de ocupação, de acesso a um trabalho remunerado e autônomo, passam a ser vistas como outra possibilidade de construção do socialismo, não mais como o ‘fechamento’ em um sistema, digamos assim, mas como a ‘abertura’ em redes. A noção de solidariedade emerge como base da nova sociabilidade, a ser materializada mediante o ‘trabalho cooperado’ e a ‘autogestão’, muito além, portanto, da simples antecipação de projetos e desejos humanistas de alguns, por mais que os desejos e os projetos sejam o melhor tempero para as ações humanas. Dessa forma, velhas bandeiras do movimento operário

como autogestão e cooperativismo são recuperadas, nem tanto como “alternativas ao capitalismo” mas como ‘possibilidades por dentro do capitalismo’. A intensificação da emergência dos chamados “empreendimentos solidários”, bem como a efervescência da discussão em torno de uma “outra economia” – “socioeconomia solidária” ou apenas “economia solidária” – indicam, no mínimo, que novos fatores aportam à velha ordem da produção dos bens. Muita cautela, portanto, se impõe ao trabalho de análise, considerando, inclusive, que falta ainda o levantamento empírico de diversas situações.

No caso das cooperativas de trabalho e de produção, embora sejam altamente institucionalizadas em organizações e federações e, na condição de empresas, com estatuto próprio, o caráter do trabalho associado, voluntário e sem contrato muito as aproxima do trabalho informal. O acesso aos direitos previstos no assalariamento depende da organização interna das cooperativas ou da iniciativa dos próprios trabalhadores em efetivarem o pagamento das obrigações sociais enquanto “autônomos”. Essas particularidades possibilitam, conforme o caso, incluir as cooperativas na tendência de informalização e precarização do trabalho dentro do paradigma da flexibilidade das relações de trabalho. No conjunto, entretanto, as cooperativas de produção e de trabalho compõem um grupo extremamente heterogêneo, o que dificulta generalizações acerca de seu funcionamento e possibilidades.

Ora combatidas, ora defendidas pelo movimento operário, as cooperativas de produção e de trabalho foram tentadas durante parte do século XIX e todo o século XX. Crescendo em momentos de crise, diminuindo em períodos de crescimento econômico, obtiveram novo fôlego a partir dos últimos trinta anos, com a reestruturação econômica e o surgimento do desemprego estrutural nos países avançados. Ora voltadas a uma classe média politicamente correta e ambientalmente atenta, que passou a consumir produtos orgânicos e alternativos pro-

duzidos pelas cooperativas, ora organizadas por sindicatos, por igrejas, pelo Estado e mesmo por empresas, para a recuperação de fábricas falidas, manutenção de empregos e geração de renda, as cooperativas passaram a ser incentivadas globalmente como alternativa concreta. O sucesso de grandes conglomerados multinacionais geridos de forma cooperativa, como o caso do Complexo Cooperativo de Mondragón, se constituiu em espelho das possibilidades dessa forma de organização da produção e do trabalho. Organizada capitalisticamente, Mondragón reúne um conjunto de cooperativas, empregando mais de 18.000 trabalhadores e produzindo de leite a ônibus, tendo como carro chefe eletrodomésticos de linha branca (geladeiras, lavadoras e fogões), vinculados a um sistema que agrega bancos a fornecedores diversos, todos organizados de forma cooperativa, mas gerenciados como um complexo empresarial.

A presença do Estado na organização de cooperativas, dentro de programas de desenvolvimento local em países periféricos, tem sido freqüente em escala mundial, com forte apoio da OIT: são milhares de cooperativas (majoritariamente reunindo produtores e trabalhadores rurais) na Ásia, África e América Latina. Nos ex-países socialistas, o número de cooperativas também era muito alto. Nessas cooperativas, a questão da autonomia passou a ser secundária, dado o forte controle estatal, apesar de algumas experiências terem sido consideradas, em grande medida, modelares, como a autogestão iugoslava. Outro modelo, vinculado concretamente a um movimento social, são os Kibutz israelenses, que se mantiveram por meio século dentro do espírito socialista numa sociedade capitalista.

Esses exemplos refletem a diversidade da utilização da cooperativa como opção de ocupação e geração de renda dentro do capitalismo, e mesmo de experiências em países socialistas. O ideário cooperativista, voltado à autonomia do trabalhador, entretanto, vem sendo, se não substituído, pelo menos assumindo

objetivos mais “pragmáticos”, conforme sua maior ou menor proximidade com os movimentos sociais.

Cornforth e Thomas (1983), tendo como referência as cooperativas de produção e de trabalho inglesas da década de 80 do século XX, classificam-nas de acordo com seus objetivos, características e contexto econômico e sua maior ou menor proximidade com os ideais cooperativistas. Podemos adaptar essa classificação à situação brasileira para caracterizar o recente crescimento das cooperativas no país:

a) Cooperativas por dotação

São as cooperativas que passam dos padrões para os empregados. A motivação desse tipo pode variar das idéias cristãs socialistas aos desejos pragmáticos de manter a empresa na ausência de seus proprietários. No caso brasileiro, existem situações de transformação de empresas em cooperativas pelos próprios patrões como forma de dar continuidade aos negócios frente a problemas de dívidas com os empregados. A continuidade da presença e do controle dos ex-patrões, entretanto, aponta problemas acerca do controle democrático pelos membros da cooperativa.

b) Cooperativas defensivas

São formadas por empregados visando manter os empregos após o fechamento ou falência das empresas. Estas cooperativas são usualmente vistas como último recurso para salvar empregos quando outras formas de ação falham. Como freqüentemente o fechamento é devido a problemas nos negócios das empresas, as cooperativas resultantes têm problemas na recuperação da situação econômica e manutenção no mercado, na reestruturação das atividades e controle democrático. São conhecidas também como cooperativas *phoenix*. A partir dos anos 1990, seu número no Brasil cresceu geometricamente com a atuação de ONGs voltadas à organização auto/gestionária e também pela mediação de sindicatos na criação de cooperati-

vas para manter o emprego com o fechamento ou transferências de unidades industriais em várias regiões do país.

c) Cooperativas alternativas

Surgem a partir dos movimentos alternativos dos anos 1960 e 1970. Seus membros têm origem na classe média, são altamente escolarizados e compartilham ideais democráticos e atendimento a necessidades sociais em contraposição ao lucro. Exemplos dessas cooperativas são lojas de alimentos orgânicos, livrarias e gráficas voltadas a idéias políticas alternativas, escolas de línguas, etc. Seus problemas são os dos pequenos negócios e suas possibilidades de sobrevivência também.

d) Cooperativas de geração de renda

São cooperativas formadas para criar novos empregos, seja através de políticas governamentais de favorecimento ao surgimento de cooperativas, seja de agências de desenvolvimento e ONGs que encorajam desempregados ou populações pobres a organizar suas próprias cooperativas. Essas cooperativas enfrentam problemas semelhantes aos novos negócios, como obter capital, experiência e mercado. Em termos administrativos, as dificuldades situam-se igualmente na falta de experiência de seus membros na administração e no trabalho cooperativo. No Brasil existem relatos de experiências nesse sentido, financiadas por órgãos internacionais como a InterAmerican Foundation nos anos 1980 (Cavalcanti et al, 1988), e, nos anos 90, com a formação de incubadoras de cooperativas em universidades públicas¹². São padarias comunitárias, cooperativas de confecção, de trabalho no setor de prestação de serviços para universidades e órgãos públicos. Estas cooperativas ficam na dependência dos órgãos patrocinadores/organizadores sendo ainda recente seu funcionamento.

e) Cooperativas pragmáticas

São cooperativas organizadas pelo Estado, empresas ou sindicatos para terceirizar ativi-

dades na produção e serviços. São consideradas mais problemáticas em termos de vinculação com os ideais cooperativistas. Geralmente são supervisionadas pelas empresas primeiras, o que tira da cooperativa qualquer autonomia real. A autonomia fica por conta da gestão da força de trabalho e, mesmo assim, a partir de parâmetros determinados pelas empresas. São cooperativas *pragmáticas* por excelência e enfrentam um problema básico dos outros modelos de cooperativas, qual seja a garantia de mercado aos produtos, dada sua vinculação a empresas. Entretanto, sua dependência é grande, a não ser quando trabalham para mais de uma empresa. Podem ser consideradas falsas cooperativas ou pseudo/cooperativas, organizadas para rebaixamento de custos das empresas com a força de trabalho. As cooperativas organizadas por sindicatos nesse modelo, obviamente se diferem, preocupadas com a gestão pelos próprios trabalhadores. Mantém-se, contudo, a “externalidade”, a dependência das empresas primeiras e mesmo dos órgãos de apoio à cooperativa.

Essa classificação é típica ideal; na realidade assistimos a um conjunto de empreendimentos que mesclam tais características.

A experiência brasileira recente com cooperativas de produção ou trabalho voltadas à terceirização

O Brasil dos anos 90 foi marcado por significativas mudanças políticas e econômicas no sentido da integração do país aos mercados globais. A reestruturação da produção industrial implicou uma reconfiguração espacial da indústria em busca de incentivos fiscais, menores custos com a força de trabalho e ambiente menos hostil aos investimentos, em outras palavras, com trabalhadores menos organizados e sindicatos fragilizados.

Setores de trabalho intensivo, sobretudo têxtil, calçadista e de confecções, transferiram-se para cidades do interior ou para o Nordeste, atraídos pelos benefícios decorrentes da guerra fiscal desencadeada por municípios e estados, a

qual em seu bojo possibilitou o estabelecimento de relações trabalhistas diferenciadas, tais como cooperativas de produção com apoio de empresas, e/ou a transferência do acabamento da produção para unidades produtivas menores, formais ou informais. A força de trabalho empregada – mulheres em sua maioria – se caracterizou pela inexistência de experiência anterior em trabalho coletivo, tanto quanto pela ausência da atuação sindical, o que foi metaforicamente denominado ‘virgindade sindical’.

As experiências historicamente significativas de organização de cooperativas no país têm se dado no meio rural, seja pela iniciativa de pequenos produtores no Sul, de tentativas estatais de criação de cooperativas no Nordeste durante o regime militar, seja atualmente com o Movimento dos Sem Terra. Todas elas com problemas variados na conciliação de interesses privados e coletivos, numa sociedade em que os primeiros predominam e, praticamente, inexistente uma cultura associativa.

Cooperativas de produção industrial¹ também foram e continuam sendo tentadas. Nos anos 70, na tentativa de salvamento de empresas com maior ou menor participação do Estado, ou organizadas como projetos de geração de renda por órgãos internacionais, voltadas a áreas carentes; e, já nos anos 90, em decorrência da crise da reestruturação industrial brasileira, a organização de cooperativas, para recuperar indústrias falidas e garantir a manutenção de empregos. Nas duas primeiras tentativas, os fracassos foram maiores que os sucessos. Na terceira, as experiências estão em andamento com um significativo número de empresas se organizando dessa forma, constituindo-se em algo novo a ser estudado.

Uma experiência realizada pelo estado do Ceará e seguida por outros estados da região, dentro de um programa de industrialização regional, foi tentada nos anos 90: as cooperativas de produção industrial organizadas em parceria com empresas privadas visando à terceirização de atividades. Pensadas para funcionarem em

idades do interior do Nordeste, tinham tudo de uma política de geração de renda que poderia dar certo, a não ser por um “pequeno detalhe”: os trabalhadores. Os trabalhadores começaram a ser arrematados pelas prefeituras municipais, apoiadas pelo governo estadual, com promessas de melhoras de vida. Centenas foram treinados para o trabalho industrial, no setor de confecções e calçados, para empresas paulistas e gaúchas que aderiram a projetos de organização de cooperativas. Num contexto de atração de empresas industriais através da chamada ‘guerra fiscal’ – no caso, atração de empresas de trabalho intensivo para aproveitar o que a região tinha de vantajoso: força de trabalho abundante e barata – o governo cearense elaborou projeto de instalação de cooperativas em municípios do interior do estado, atendendo a dois objetivos: primeiro, desconcentração do investimento industrial nas áreas urbanas e mais desenvolvidas e instalação de unidades no interior do estado; segundo, ocupação e geração de renda em áreas historicamente desprovidas de atividades econômicas significativas, situadas no semi-árido, secularmente condenadas à migração em virtude das secas.

Na parceria Estado-empresas-cooperativas, cabia ao primeiro o fornecimento da infra-estrutura básica de funcionamento, como prédios, água, luz, telefone e recrutamento e treinamento de pessoal, através do SENAI, SINE e Organização Estadual das Cooperativas. Às empresas, o fornecimento de equipamentos em comodato para as cooperativas ou avaliação de empréstimos junto ao Banco do Nordeste para o financiamento de máquinas; organização da produção e supervisão através de funcionários; fornecimento das matérias primas e/ou material semi-acabado para ser trabalhado pelas cooperativas; e, finalmente, cabia às empresas a “compra” do produto acabado. Às cooperativas cabia o gerenciamento da força de trabalho e realização das tarefas contratuais na produção sob supervisão das empresas.²

Entre 1994 e 2000 várias cooperativas funcionaram no estado. O processo, porém, não

decorreu de forma tão pacífica. O modelo das cooperativas suscitou acirradas polêmicas, jurídicas inclusive, tendo mobilizado diversos segmentos sociais, fosse em sua defesa, fosse na luta pela sua extinção. Surgidas em 1994, expandindo-se rapidamente pela região, as cooperativas passaram a enfrentar sucessivos problemas de ordem econômica e de resistência política, que resultou em fechamento de unidades ou em sua reversão para o trabalho assalariado.

Problemas de dimensionamento da produção por empresa de confecção fizeram com que o maior projeto – o do Maciço do Baturité – composto por 15 cooperativas em municípios da região, fechasse em 1999. Além de instabilidade dos pedidos e pagamentos das cooperativas, o não pagamento das máquinas financiadas com o aval da empresa e processos trabalhistas contra a empresa acusada de utilização de assalariamento disfarçado, inviabilizou sua continuidade.

De forma distinta, cooperativas de calçados também apresentaram problemas e forte reação sindical. O sindicato, com apoio da Pastoral Operária, entrou em campanha aberta contra as “falsas cooperativas”, fazendo com que o governo do estado retirasse o apoio a novos projetos. Outras empresas pararam de enviar encomendas, alegando problemas de exportação com a crise argentina; outras, ainda, se viram obrigadas a contratar os trabalhadores cooperativados como funcionários, por decisão judicial, a partir da constatação de assalariamento disfarçado.

Em linhas gerais esses dois blocos, envolvendo confecções e calçados, e seus problemas, encerraram o projeto de terceirização em cooperativas organizadas pelo estado. As que permaneceram são residuais, mas deixaram em aberto um flanco para esse tipo de exploração do trabalho. Ora, tendo sido desenhadas e implementadas por uma secretaria de governo, essas cooperativas desfrutaram inicialmente, não só de recursos públicos no que concerne à acumulação do capital, mas também do respaldo oficial para sua legitimação, no que diz respeito

à exploração do trabalho. Não resta dúvida de que, mesmo desfeitas, um bom patrimônio passou às mãos da iniciativa privada e não propriamente aos trabalhadores.

Essas cooperativas *pragmáticas* foram pensadas objetivamente como redução de custos para empresas e possibilidade de geração de renda. Longe, portanto, de qualquer veiledade de autonomia dos trabalhadores dentro do projeto cooperativista. Com isso foram consideradas 'falsas cooperativas' e fechadas por não se adequarem à legislação e por evidência de utilização de contratos de trabalho fraudulentos. Não se constituíram em exclusividade local, estando presentes em vários países do mundo e sem vinculação a qualquer movimento de trabalhadores, integrando políticas estatais de desenvolvimento ou políticas empresariais.

Para os trabalhadores, o ideário cooperativista passou a ser compreendido apenas como mais uma forma de espoliação de direitos sociais, levando para cada vez mais longe o acesso a eles; por outro lado, o assalariamento, visto como relação ideal e inclusiva, aparece, além de possibilidade remota, tão instável como a situação anterior. Em outras palavras, criou-se um vazio de expectativas entre os trabalhadores e a forma de produção das riquezas: nem o trabalho subordinado mas supostamente assegurado pela regulamentação, como 'marca do passado', e nem o trabalho autônomo, imediatamente inseguro, mas virtualmente promissor como 'demandante do futuro', digamos assim. Logo que percebeu esse vazio, o movimento sindical preferiu a ação tradicional, passando a lutar pelo estabelecimento da relação salarial. Ao final, a reversão da relação de trabalho cooperado em trabalho assalariado se deu mais em decorrência da iniciativa do setor empresarial, acostumado e relativamente satisfeito com a forma rotineira de controle da mão de obra, tratada como o grosso de sua mercadoria. Além do que, de um modo ou de outro, a remuneração do capital vivo, em

tempos de grande oferta, não chega a ser o fator mais oneroso do custo de produção, sobretudo se levarmos em conta todas as facilidades oferecidas pelos governos aos empresários na instalação das indústrias em decorrência da guerra fiscal.

Após um pouco mais de cinco anos, o movimento sindical ligado à Central Única dos Trabalhadores começou um trabalho de organização dos setores informais, canalizando as diversas experiências de trabalho cooperado e autogestionário por meio da criação da Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS-CUT. A direção tomada pela Central indica uma percepção nova das relações de trabalho possibilitadas pelas transformações mais recentes da produção capitalista, cujos desdobramentos estão a requerer uma boa reflexão.

Quanto à compreensão do significado da cooperativa, por parte dos trabalhadores, é preciso dizer que sempre foi algo nebuloso. Recrutados entre trabalhadores sem nenhuma experiência fabril anterior e, em grande parte, sem nenhuma experiência de trabalho assalariado, embora, comparativamente, com alta escolaridade, a cooperativa não significa, para eles, muito mais do que uma "empresa diferente". A diferença é percebida pela ausência de "direitos". Mesmo sem assalariamento anterior, é interessante observar a interiorização, por parte desses trabalhadores, do contrato de trabalho como possibilidade de acesso a direitos sociais, o alcance de uma cidadania vinculada ao trabalho regular, formal. Por mais ilusório que seja o acesso a esses direitos, se pensarmos concretamente na situação dos trabalhadores assalariados e nos direitos que lhes são garantidos efetivamente pelo Estado, saberemos muito bem o que significa uma 'carteira assinada' para o trabalhador e sua família.

De qualquer forma, as cooperativas passaram a significar a possibilidade de uma renda monetária, mais ou menos regular, conforme a parceria empresarial. Os trabalhadores tiveram, por um tempo, renda próxima a um

salário mínimo ou até mais, o que, em alguns municípios, elevou e diversificou significativamente o consumo, fato este tratado pela grande imprensa como uma verdadeira revolução no consumo.⁴

Podemos dirigir a reflexão para a ambi-güidade que se estabelece nessa forma de inserção no mercado de trabalho e perguntar sobre a auto-representação dos sujeitos cujo trabalho passa a ser remunerado por uma forma híbrida que deixou de ser salário, mas também não se transformou em pró-labore, ou retirada. Se o salário não é a quota-parte do operário na mercadoria que é produzida por ele (Marx, 1987), no caso das cooperativas de produção aqui examinadas, a remuneração do trabalho tampouco o é. Esses “novos proletários”, com o desenvolvimento dos projetos, passaram a reivindicar os “direitos” referentes a contratos de trabalho inexistentes. Observemos que as cooperativas são de produção industrial e seu produto é a força de trabalho, ou o trabalho coletivo de seus associados. Portanto, empresas que vendem seu produto, o trabalho, a outras empresas.

Os trabalhadores associados foram incluídos sem quotas previstas em estatutos, em outras palavras, seu capital está na venda da força de trabalho. Os contratos prevêem a realização das encomendas em prazos estipulados, o que significa dizer que o trabalho teria que ser realizado mesmo sacrificando descanso semanal ou horários estabelecidos. Dessa forma, temos uma intensificação do trabalho que pressupõe adesão voluntária do trabalhador envolvido no empreendimento, o que descaracterizaria o trabalho subordinado. O caráter voluntário nunca existiu nessas cooperativas, o que explica a identificação com a empresa e não como possibilidade de trabalho autônomo, nunca reivindicado efetivamente.

Em algumas situações de fechamento judicial de cooperativas controladas por empresas, outras cooperativas foram organizadas, ora por ex-cooperativados, ora por indução das pró-

prias empresas. Nesses casos, percebe-se maior preocupação formal acerca do controle do trabalhador sobre a cooperativa, com os próprios trabalhadores assumindo as vantagens das empresas contratarem as cooperativas, mas pelo negativo: a intensificação do trabalho, o trabalho conforme as encomendas. Arrumando um emprego formal, o trabalhador imediatamente abandonava a cooperativa. Raramente o trabalhador destacava o caráter autônomo, autogestionário ou democrático da cooperativa.

Nessas cooperativas, raramente os ganhos excedem o salário mínimo ou eram pagas as obrigações sociais junto à previdência social, por exemplo. Mesmo os fundos de reserva, dificilmente eram mantidos para o pagamento de 13º salário ou férias.

Outro problema comum às cooperativas está na disciplinarização do trabalho. O gerenciamento por parte dos trabalhadores adiciona uma dificuldade maior, uma vez que, como sabemos, no imaginário nacional, propriedade coletiva, reflete a ideologia nacional do “público como coisa de ninguém” ou que é apropriado por interesses privados. No caso de cooperativas que trabalham como subcontratadas, e nas nordestinas citadas, a supervisão era diretamente realizada pela empresa, a qual, não de direito mas de fato, controlava o trabalho. O ônus da disciplina, entretanto, é debitado ao coletivo, uma vez que todos os riscos e prejuízos de um mau funcionamento afetam o grupo conjuntamente e não o ‘trabalhador indisciplinado’ individualmente. Deste modo, o ‘coletivo’ passa a funcionar como preposto da empresa, certamente facilitando a tarefa de controle desempenhada na prática pelo funcionário desta.

O caráter *pragmático* das cooperativas nordestinas, ou, segundo os críticos mais ferrenhos, *falsas cooperativas*, esteve vinculado à lógica de mercado e à rentabilidade de empresas. Mesmo gerando renda, esses empreendimentos estavam desvinculados de outra proposta que não fosse a utilização de mão-

de-obra intensiva a baixo custo. Autonomia, democracia de gestão eram termos que faziam parte formal da organização das cooperativas e dos rápidos treinamentos de cooperativismo que os trabalhadores realizavam, mas que pouco significavam enquanto internalização de um empreendimento coletivo. Questão essa aqui referida, especificamente, às cooperativas estudadas, mas que permanece nos estudos dos problemas enfrentados pelo trabalho associado, qual seja, a difícil junção da lógica de mercado com a lógica do trabalho coletivo, em tese, socializante.

O trabalho cooperativo numa sociedade na qual os valores individuais são dominantes é uma dificuldade constituinte desse tipo de organização. A ideologia hegemônica vai no sentido contrário da proposta socializante presente no ideário cooperativista, o que adiciona uma dificuldade a mais no trabalho em cooperativas, mesmo quando organizadas pelos próprios trabalhadores. Daí ser comum, seja a não identificação do trabalhador com a cooperativa – como no caso a que estamos nos referindo – seja a não percepção de vantagens em pertencer à cooperativa, comparativamente a trabalhadores assalariados presentes na própria cooperativa. Nestes casos, é comum o trabalhador se considerar prejudicado, pois além de não ter direitos, possui maiores obrigações e trabalha mais. A observância dos direitos dos trabalhadores nas cooperativas depende de suas relações com o mercado, o que poderá permitir, ou não, o aumento dos rendimentos. E como o “lucro”, em tese, não integra a lógica dessas empresas, é revertido no pagamento de obrigações sociais para o trabalhador. Para os trabalhadores, contudo, os conflitos parecem ser os mesmos de uma empresa comum, de modo que a alegada autonomia do trabalho parece desaparecer quando a produção exige a disciplina do trabalho e do mercado globalizado. Mas ainda assim, é preciso também considerar os elementos de uma ‘subjatividade liberada’ que se opõe ra-

dicalmente ao imaginário próprio às experiências do trabalho subordinado. O “ser patrão de si mesmo”, ou “dono de seu próprio tempo”, são expressões verbais comumente ouvidas nesse meio e que revelam na superfície indícios daquela subjatividade.

A chegada ao ‘mundo do trabalho industrial’ pela via dessas cooperativas, reduziu as possibilidades da organização dos trabalhadores pelo clássico caminho do movimento sindical, uma vez que o ‘trabalho associado’ aparecia imediatamente às suas consciências como o oposto ao ‘trabalho subordinado’, confirmando as expectativas dos empresários quanto ao critério da ‘virgindade sindical’ para a instalação das indústrias no Nordeste. Sabe-se que, no primeiro momento, houve inclusive confronto físico, tendo a sociedade local, em alguns casos, se posicionado francamente contra a interferência do sindicato. Importava à população a ‘chegada do trabalho’, independentemente de sua forma. Posteriormente, o reconhecimento do trabalho como portador de direitos se consolidou, não pela experiência direta, mas como referência e por oposição, criando condições bem mais favoráveis à organização sindical quando as cooperativas foram extintas e os trabalhadores cooperativos transformados em assalariados. Este é um processo em curso.

Assim, a recuperação da utopia socialista através de empreendimentos auto-gestionários, mais especificamente, em cooperativas de produção industrial, deve ser vista com certo cuidado. A desvinculação de parte delas, de qualquer movimento ou proposta de autonomia dos trabalhadores, coloca as cooperativas na vala comum do trabalho informal, numa perspectiva mais de precarização do trabalho e falta de opção do que de uma saída ao capitalismo. Ao contrário, sua utilização “pragmática” se adequa perfeitamente à lógica de flexibilização da produção e do trabalho, perdendo qualquer veleidade auto-gestionária ou de alternativa para os trabalhadores.

Notas

- ¹ Através da UNITRABALHO, inúmeras universidades públicas abriram incubadoras de cooperativas.
- ² Cooperativa de produção industrial difere de cooperativa de trabalho. Esta última pressupõe a associação de trabalhadores autônomos como médicos, motoristas de taxi e outros que prestam serviços. A cooperativa de produção industrial pressupõe o trabalhador coletivo, parcelizado dentro da organização de trabalho fabril. O produto do trabalho é resultado do trabalho coletivo.
- ³ Sobre o detalhamento desse processo, veja-se Lima (2002).
- ⁴ Veja-se A REVOLUÇÃO dos R\$120. Empresas e cooperativas criam a elite do salário mínimo no interior do nordeste (07/05/1997). Isto é/1440.

Referências Bibliográficas

- ANTEAG. (2000), *Autogestão construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG.
- ANTUNES, Ricardo. (1999), *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- A REVOLUÇÃO dos R\$120. Empresas e cooperativas criam a elite do salário mínimo no interior do nordeste. *Isto é* 1440, 07/05/1997.
- AUTOGESTÃO salva vagas na indústria. *Folha de São Paulo*, 08/08/1999.
- BENYON, Huw. (1997), As práticas do trabalho em mutação. In R. Antunes (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *O desencantamento do mundo*. S. Paulo: Perspectiva.
- CARRÉ, F., FERBER, M. A., GOLDEN, L., HERZENBERG, S. A. (2001), *Nonstandard Work. The Nature and Challenges of Changing Employment Arrangements*. Champaign: IRRR/ University of Illinois at Urbana-Champaign.
- CASTEL, Robert. (1998), As metamorfoses do trabalho. In J. L. Fiori et al. *Globalização. O fato e o mito*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- CASTELLS, Manoel. (2001), *A era da informação: economia, sociedade e cultura: Rio, Paz e Terra. Vol I A sociedade em rede*.
- CAVALCANTI, Clóvis. (1988), *No interior da economia oculta*. Recife: Massangana.
- COMPLEXO COOPERATIVO DE MONDRAGÓN. Internet <http://mondragon.mcc.es>
- CORNFORTH, Chris. (1983), "Some Factors Affecting the Success or Failure of Worker Co-operatives: A Review of Empirical Research in the United Kingdom". *Economic and Industrial Democracy*. SAGE:London, Beverly Hills and New Delhi, Vol. 4.
- CORNFORTH, Chris. (1995), "Patterns of Cooperative Management: Beyond the Degeneration Thesis". *Economic and Industrial Democracy*. SAGE: London, Thousand Oaks and New Delhi, Vol.16.
- CORNFORTH, Chris. (1982), "Trade Unions and Producer Co-operatives". *Economic and Industrial Democracy*. SAGE: London and Beverly Hills, Vol. 3.
- HARVEY, David. (1994), *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- HOLZMANN, Lorena. (2001), *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: Editora da Ufscar.
- LIMA, Jacob Carlos. (1997), Negócios da China: a nova industrialização no Nordeste. *Novos Estudos CEBRAP*, 49: 141-158.
- LIMA, Jacob Carlos. (2002), *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem.
- LIMA, Jacob Carlos e ARAÚJO, Neyara. (1998), Para além do novo sindicalismo: a crise do assalariamento e as experiências com trabalho associado. In, I. J. Rodrigues. *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis/RJ e São Paulo: Vozes, EDUC.
- MARX K. (1978). Salário, preço e lucro. In K. Marx. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- MOREIRA, Maria Vilma C. (1997), Cooperativismo e desenvolvimento: o caso das Cooperativas de Confeccões do Maciço de Baturité, Ceará. *Política e Trabalho*, 13: 55-76.
- O'CONNOR, Robert and KELLY, Robert. (1980), *A Study of Industrial Workers' Co-operatives*. Dublin, The Economic and Social Research Institute. Broadsheet no.19.
- OAKESHOTT, Robert. (1978), *The Case for Workers' co-operatives*. London, Henley and Boston, Routledge & Kegan Paul.

QUIJANO, Aníbal. (2002), Sistemas alternativos de produção? In B. S. Santos (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RAMALHO, José Ricardo (2000). Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. Dados vol. 43 n. 4.

RIFKIN, Jeremy (1995), *O fim dos empregos*. S. Paulo: Makron Books.

RIOS, Gilvando S. L. (1979), *Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social*. João Pessoa: Editora Universitária.

SINGER, Paul (1998), *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto.

SINGER, Paul (1998^a). *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. Petrópolis, Vozes. WHYTE, Willian Foote e WHITE, Kathleen King. (1989) *Mondragón: mas que una utopia*. San Sebastian: Editorial Txertoa.